

A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA NO ESPAÇO: O CAPITALISMO MERCANTIL E A CONFORMAÇÃO DO NORDESTE

José Micaelson Lacerda Morais (URCA) - micaelson_lacerda@yahoo.com.br
Fernando Cezar de Macedo (UNICAMP) - fernando.cezar.macedo@gmail.com

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar, no contexto histórico do capitalismo mercantil, como os elementos constitutivos do complexo econômico nordestino e sua combinação não possibilitaram condições objetivas (integração econômica pelo padrão de mercado e mobilidade das atividades e relações sociais de produção) para o desenvolvimento do capitalismo. Isto porque estava ausente um dos elementos centrais desse processo: uma “rede” de vilas e cidades capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto socialmente definido, para organizá-las hierarquicamente através da transformação de suas estruturas e do estabelecimento das ligações necessárias entre urbanismo e crescimento econômico. Conclui-se que as análises sobre crescimento, transformação econômica e diferenciação regional devem incluir como dimensão relevante o urbanismo. Este conforma espacialmente os aspectos de uma organização econômica e social, passíveis de apreensão pelos processos desencadeados de integração e mobilidade, que resultam num padrão de organização espacial típico (forma de ocupação e uso do território) e determinam as possibilidades econômicas daquele espaço.

Palavras-chave: colonização, urbanismo, estruturas regionais.

Abstract: This paper analyzes, during the historical context of the mercantilism, the elements of the Northeast economic complex and their combinations that didn't give support to the emergence of objective conditions (such as market economic integration, capital mobility and social relations) for the capitalism development. It happened because one of the key elements of this process was absent: a chain of villages and cities capable of mobilizing, extracting and concentrating relevant amount of the product of social labor organized, which would be able to dispose them hierarchically by their own structural changes and through the needed connections between urbanism and economic growth. This paper concludes that the analysis about economic growth and changes and regional differentness should include the urbanism as a relevant dimension. The urbanism sets spacial limits to the aspects of an economic and social organization through the mobility and integration process and results in an specific type of spacial organization (such as territories' use and occupation) and determines the economic possibilities of that space.

Keywords: colonialism, urbanism, regional structures.

Área: Brasil colônia

1 INTRODUÇÃO

A colonização pode ser entendida como uma relação sociedade-espaço (MORAES, 2001). A constituição do espaço da América portuguesa dá a dimensão concreta das estruturas econômicas, sociais e políticas (poder), resultante e resultado, do tipo de atividade produtiva implantada: a grande empresa colonial agrícola. Nesse contexto, a história econômica do Brasil é o resultado da formação e evolução de um organismo social em ambiente inteiramente novo e torna possível, através das atividades econômicas desenvolvidas, a análise das reações recíprocas do homem e do meio, como bem descreve Simonsen (1937).

A colônia é a internalização do agente externo através da consolidação do domínio territorial, da apropriação de terras, da submissão das populações e da exploração dos recursos presentes no território colonial (MORAES, 2001). No caso brasileiro, a base produtiva formada com “[...] a implantação da empresa comercial açucareira, em base escravista, latifundiária e com rígido controle produtivo e mercantil pela metrópole [...]” (CANO, 2002, p. 122), determinou uma forma específica de integração e mobilidade de fatores produtivos que tiveram repercussões na formação e manutenção de estruturas sócio-econômicas-espaciais no Nordeste brasileiro, elementos que mais tarde constituíram-se em condicionantes de seu subdesenvolvimento. Nessa perspectiva, as disparidades interregionais na apropriação da riqueza estão inscritas no espaço desde origens da produção mercantil (EGLER, 1995).

Considerando a região Nordeste como parte de uma totalidade, admite-se que sua organização espacial – derivada das especificidades do movimento da economia em cada etapa da acumulação – é um elemento particularizador de fenômenos históricos que lhe envolve. Neste sentido, a espacialidade derivada desses processos acumula formas herdadas do passado o que a torna um fato duradouro, embora em constante mudança; ela não é apenas um reflexo da sociedade, mas base indispensável para sua reprodução, o que significa que as condições presentes são determinantes nas condições futuras da forma como se dará a reprodução da sociedade, como apontou Corrêa (1987), ainda que as marcas no presente mantenham – na aparência – pouca relação com o passado. No entanto, sua constituição originária vai manter-se ao longo da história dos diversos movimentos de sua organização espacial, muito embora sofra transformações importantes.

Ao longo da trajetória desse processo busca-se identificar de que maneira a constituição da empresa colonial açucareira determinou a formação espacial da região Nordeste, destacando que as análises sobre crescimento, transformação econômica e diferenciação regional, devem incluir como dimensão relevante o urbanismo, no sentido atribuído por Harvey, mais adiante descrito. Por formação espacial entende-se, assim como Sormani (1977), “[...] la *forma* que asume en cada etapa histórica el patrón de asentamientos y de redes de interconexión que, sintéticamente, quedará expresada por el patrón de los usos del espacio vinculados a todas y a cada una de las prácticas humanas [...]”¹.

Partindo da ideia de que a forma que ganhou o espaço do Nordeste a partir da colonização portuguesa condicionou o comportamento dos agentes e a configuração dos fenômenos sócio-econômicos-espaciais, procura-se analisar neste artigo, a partir do contexto

¹ Sobre essa questão há uma vasta literatura produzida pelos geógrafos. No Brasil destacam-se os trabalhos de Milton Santos e Ruy Moreira.

histórico do capitalismo mercantil, como os elementos constitutivos do complexo econômico nordestino e sua combinação não possibilitaram condições objetivas (integração econômica pelo padrão de mercado e mobilidade das atividades e relações sociais de produção) para o desenvolvimento do capitalismo, deixando na formação espacial do Nordeste marcas que se mantém ainda hoje: “rede” urbana pouco estruturada, grande heterogeneidade social, produtiva e espacial, reservatório de força de trabalho, ainda que as migrações tenham sofrido alterações nos últimos anos, etc.

Furtado (1959) a partir da abordagem histórico-estrutural² (combinação entre a teorização estruturalista e o conhecimento histórico), fornece os elementos centrais para o entendimento das raízes do subdesenvolvimento do Nordeste. De certa forma este autor antecipa suas análises do processo de subdesenvolvimento que partem do período da grande expansão do comércio internacional decorrente da Revolução Industrial, no século XIX³, de cuja interpretação para o caso nordestino resultaria na proposição do GTDN (1959) e na posterior política de intervenção no espaço nordestino promovida pela Sudene com base naquele documento.

Acredita-se que tendência anti-urbanizante das atividades desenvolvidas conformada pela baixa divisão social do trabalho estabelecida, apesar das possibilidades de reprodução ampliada da “indústria” açucareira, consistiu em fator relevante para a diferenciação dos padrões de desenvolvimento que ocorreriam no Sudeste e no Nordeste. Nesse sentido, o campo de forças do espaço econômico criado no Nordeste no período colonial parece mais ter se constituído num lugar de passagem e dissipação de forças econômicas ao invés de conformar um conjunto de centros convergentes dessas forças, resultando num padrão de organização espacial típico desta forma de ocupação e uso do território pela empresa colonial.

Para tanto, a referência de análise é o espaço entendido como um fato social, produto da ação humana que interfere no processo social, tanto pela carga de historicidade passada quanto pela carga inerente de historicidade possível de ser construída, afinal “cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação [...]” (SANTOS, 1982, p. 5). Desta forma, “a

² [...] a análise das estruturas subdesenvolvidas aparece como uma referência teórica genérica para o exame das tendências históricas, compondo um método muito atento às mudanças de comportamento dos agentes e à trajetória das instituições, bem como ao exame dos ‘desequilíbrios’ típicos de economias e sociedades em rápida transformação.” (BIELSCHOWSKY, 2005, p. 147)

³ No entendimento de Campolina (2009), o livro Formação Econômica do Brasil (1959), foi a primeira interpretação do desenvolvimento regional brasileiro, no qual Furtado procurou a partir da análise do processo histórico captar a cadeia de causalidades da dinâmica econômica e populacional sobre o ordenamento territorial do país através da expansão e declínio dos três grandes ciclos e atividades ocorridos no país entre os séculos XVI e XX.

‘região’ aparece assim como o produto das relações inter-regionais e estas como uma dimensão das relações sociais.” (LIPIETZ, 1988, p. 29)

A valorização do espaço pode ser apreendida, portanto, através do processo de formação de um território, no sentido de que este é uma manifestação singular que envolve a relação de uma sociedade específica com seu meio, sendo este parte singular de uma totalidade da qual está inserida. Assim, todo território tem uma história, que explica sua conformação e sua estrutura atual; sua constituição representa um rico caminho para a análise da formação regional de um país, constituindo-se um dos elementos definidores da particularidade, no âmbito da escala das ‘peculiaridades nacionais’ que dão forma aos “desequilíbrios” regionais. Para apreender essa valorização do espaço é necessário equacioná-la como um processo no qual estão presentes não apenas valores econômicos, mas também de projetos que por diferentes vias se hegemonomizam e que somente podem ser entendidos como resultados de uma história cuja lógica é atribuída *a posteriori*. (MORAES, 2000)

Dessa perspectiva, os fenômenos sócio-econômicos podem ser analisados em termos de articulação de espacialidades próprias às relações definidas entre diferentes sistemas (metrópole e colônia) e nas diferentes instâncias dentro de um mesmo sistema (economia açucareira e pecuária). Essas espacialidades consistem na correspondência entre presença/distância (no espaço) e participação/exclusão (na estrutura ou relação considerada), que podem ser melhor entendidas pela distribuição de lugares no espaço e nas relações que guardam entre si (LIPIETZ, 1988), a partir do movimento geral da economia-mundo.

O artigo está dividido em cinco partes além desta introdução e da conclusão. A segunda parte discorre sobre a questão espacial das atividades econômicas. Na terceira é discutida a formação espacial do Brasil. Na quarta são analisadas questões referentes à integração, mobilidade, divisão social do trabalho e subdesenvolvimento. Finalmente, na quinta parte, são tratados os desdobramentos espaciais da economia nordestina colonial.

2 A QUESTÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

O espaço não pode entrar como um elemento neutro na análise econômica (SMOLKA, 1983). Castells (2009) esclarece que o espaço é sempre uma conjuntura histórica que recebe seu sentido e forma (conjuntura espacial) dos processos sociais e que se exprime através dele. Conforme, ainda, Lipietz (1988, p. 24-25):

É preciso compreender bem que o espaço sócio-econômico concreto se apresenta, ao mesmo tempo, como articulação dos espaços analisados, como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais e, enquanto espaço já dado, como um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações sociais. Diremos que a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre já dado, herdado do passado [...]

Esse quadro de análise esclarece que toda estrutura espacial concreta resulta de uma conformação prévia da estrutura social que pode ser analisada no quadro das articulações que lhe são próprias e são sempre herdadas do passado. Nessa perspectiva, a diferenciação entre espaços deve ser abordada a partir das articulações entre as estruturas sociais, isto é, articulações entre os modos de produção e os espaços por eles gerados derivados das tendências de divisão social do trabalho, considerando a força de dominação de uma formação econômica-social e a conformação de sistemas econômicos dentro de um mesmo espaço. Estendendo o raciocínio de Santos (1982, p. 1) da Geografia para a Economia, que implica em entender o espaço humano como o fato histórico, conclui-se que “[...] somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem.”

Conforme, ainda, Santos (1977), a formação de uma teoria válida do espaço deve considerar como base de explicação a produção, resultado do trabalho do homem para transformar o meio com o qual se confronta. Para o referido autor, a categoria de Formação Econômica e Social apresenta-se como a mais adequada para auxiliar o estudo da “[...] evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso [...]” (SANTOS, 1977, p. 1).

Lipietz (1988, p. 33) complementa o argumento de Santos ao afirmar que “[...] a diferenciação dos espaços concretos (regionais ou nacionais) deve ser abordada a partir da articulação das estruturas sociais e dos espaços que elas engendram”. Ou seja, as estruturas sociais conferem individualidade aos espaços (diferenciação). Esta pode ser apreendida através das relações sociais estabelecidas entre espaços diferenciados (tipos de dominância estabelecida e modos de articulação entre os modos de produção). Por seu turno, as atividades e relações sociais que são necessárias para produzir e reproduzir a vida material são conformadas através do modo de produção, que apresenta elementos que permanecem constantes de sociedade para sociedade e que, tomados em conjunto, moldam os padrões de atividades. Conforme Harvey (1980, p. 170), são eles: “1) o objeto de trabalho (as matérias-primas existentes necessárias na natureza); 2) os meios de trabalho (as ferramentas, o equipamento, o capital fixo etc., construídos por trabalho anterior); e 3) força de trabalho.”

As relações sociais formam a base social que, conformada numa estrutura social, coordenam as formas de produção. Esses mecanismos de coordenação, entendidos como modos de integração econômica, reúnem os vários elementos da produção num todo coerente, e integram a base econômica da sociedade numa combinação particular de atividades e de relações sociais. É importante destacar que diferentes formas de produção podem ser encontradas no mesmo modo de produção, gerando formas desiguais e combinadas de desenvolvimento.

Polanyi (1944) define três mecanismos de coordenação das sociedades e sistemas econômicos: reciprocidade; redistribuição e mercado de troca. Estes três modos distintos de integração são associados por Harvey (1980) a três modos distintos de organização social: igualitário; ordenado; e estratificado. Para este autor, a coordenação através da reciprocidade está exclusivamente associada às estruturas sociais igualitárias (ordenadas), auxiliada por um padrão simétrico de organização; o mercado de troca está exclusivamente associado à estratificação e requer um sistema de mercados de preços estabelecidos; e o mecanismo de redistribuição, facilitado por alguma medida de centralização e que pode existir nas duas estruturas sociais anteriores⁴. Como podem fundamentar-se em um modo de produção de forma simultânea, mas com a dominância de um ou outro usualmente, não são mutuamente exclusivos.

É assim possível caracterizar sociedades de acordo com o grau de penetração do mercado na atividade humana, as relações às quais a reciprocidade está ligada; a extensão em que a atividade redistributiva pode ser observada, e o modo pelo qual os três modos funcionam juntos para chegar àquela coordenação superior de atividade sobre a qual a sobrevivência da sociedade como um todo se apóia. (HARVEY, 1980, p. 177)

Essas considerações têm como objetivo apenas enfatizar dois pontos. Primeiro, que a caracterização das sociedades e sua forma de evolução podem ser analisadas a partir dos mecanismos de integração econômica que supõem suportes institucionais definidos. Segundo, que a menos que haja alguma ordenação hierárquica significativa na estrutura social, não há possibilidades da conformação de uma estrutura regional na direção de um urbanismo com hierarquia de centros urbanos com complexidade suficiente para engendrar um processo de

⁴ A simetria, como informa Polanyi (1944), nada mais é do que um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes. A centralidade, embora crie instituições distintas, não implica motivação que particulariza a instituição resultante para uma função específica única. Somente o padrão de mercado, relacionado ao motivo da barganha ou da permuta é capaz de criar uma instituição específica: o mercado. “[...] Um mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda. A menos que este padrão esteja presente, pelo menos em parte, a propensão à permuta não terá escopo suficiente: ela não poderá produzir preços.” (POLANYI, 1944, p. 76)

transformação econômica. Urbanismo aqui entendido como “[...] uma forma social, um modo de vida, ligado, entre outras coisas, a uma certa divisão do trabalho e a uma certa ordem hierárquica de atividade, que é amplamente consistente com o modo de produção dominante.” (HARVEY, 1980, p. 174)

O espaço econômico aparece como fruto das mobilidades que estruturam o espaço a partir dos modos de integração econômica. A noção de mobilidade é central, pois constitui um mecanismo de ajuste entre sistemas econômicos, organizando-os de forma hierarquizada através da ampliação (ou não) da intensidade das relações entre diferentes espaços. Dessa forma a localização das atividades econômicas no espaço é a resultante das forças desencadeadoras de mobilidade tributárias da divisão espacial do trabalho e alternativa à teoria neoclássica da localização. Portanto, a divisão social do trabalho apresenta-se como uma visão das forças que estruturam o espaço nacional e internacional.

Nesses termos, o espaço econômico somente pode ser definido em termos dinâmicos e o que o define é um critério de complexidade, afinal ele não é um fundo inerte e neutro. Portanto, o espaço econômico nasce da consideração de estruturas definidas dinamicamente em um quadro de mobilidade que permite ligar a análise econômica à análise espacial. Como afirma Santos (1977) o uso produtivo de um segmento de espaço num momento é, em grande parte, função das condições existentes no momento $t-1$.

A mobilidade está ligada à existência de modificações permanentes nas condições econômicas e intervém nos processos de ajuste (não de equilíbrio) de maneira alternativa em relação aos mecanismos de preços ou quantidades que não possuem conteúdo espacial, implica por natureza tempo e custos e tem um caráter sub-ótimo. A mobilidade aqui é entendida mais como uma “aptidão” relacionada aos fatores de produção do que as pressuposições do modelo neoclássico de migração de fatores sem custos, total flexibilidade no preço dos fatores em função das variações da oferta ou da procura e informação perfeita sobre a remuneração dos fatores em todas as regiões.⁵ Portanto, está, indissoluvelmente, ligada aos fenômenos de disparidades, sendo toda análise de mobilidade uma análise de desigualdades, de desequilíbrios.

Nesse sentido, a constituição de um território (valorização do espaço apreendida como um processo histórico identificado) é um processo cumulativo que, num movimento contínuo, é a cada momento um resultado e uma possibilidade, de acordo com as lógicas estruturais de

⁵ No modelo neoclássico “[...] as hipóteses de mobilidade dos factores e de iguais funções de produção (mobilidade perfeita do conhecimento e do progresso técnico), [permitem concluir] pela convergência regional e pela inexistência de desequilíbrios regionais, a longo prazo. Estes, a existirem, terão um carácter meramente transitório.” (BAPTISTA, 2001, p. 23)

seu funcionamento. (MORAES, 2000). “[...] O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais (MORAES, 2000, p. 18). E uma estrutura regional, conforme Lipietz (1988) “[...] é uma região de articulação de relações sociais que não dispõe de um aparelho de Estado completo, mas onde se regulam, todavia, as contradições secundárias entre as classes dominantes locais”.⁶

No processo de formação de uma estrutura regional, a ordenação hierárquica da estrutura social aprofunda o padrão de mercado (modo de integração) e a mobilidade (que imprime dinâmica as estruturas definidas e está ligada à existência de modificações permanentes nas condições econômicas), na direção do urbanismo. Nesse sentido, como afirma Harvey (1980, p. 175) “o estudo do urbanismo pode [...] contribuir significativamente para nossa compreensão das relações sociais na base econômica da sociedade, assim como para nossa compreensão dos outros elementos políticos e ideológicos na superestrutura”.

Uma ordenação hierárquica significativa na estrutura social está associada à necessidade de criar, mobilizar e concentrar o excedente social, de modo que a emergência do urbanismo e a apropriação de um produto social excedente apresentam-se estreitamente relacionados ao longo da história. Desse modo, o papel que a cidade, como campo gerador de demanda efetiva por produto excedente produzido, desempenha no processo de urbanismo depende das possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que governam a quantidade excedente nela concentrada. Pode-se afirmar, portanto, que mobilidade, integração e urbanização conformam os aspectos de uma organização econômica e social, estabelecidos num determinado contexto histórico, resultando num padrão de organização espacial típico (forma de ocupação e uso do território) e que mediadas pelas redes de interconexão (fluxos de bens, serviços e fatores) determinam as possibilidades econômicas daquele espaço. Citando mais uma vez Harvey (1980, p. 204-205) esses argumentos podem ser resumidos da seguinte forma:

[...] as cidades são formas criadas e produzidas para mobilização, extração e concentração geográfica de quantidades significativas do produto excedente socialmente definido; o urbanismo [...] forma um modo de integração social e econômica capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto socialmente definido; [...] Condições favoráveis,

⁶ Importa esclarecer que “[...] a ‘região’ não seria um outro modo de produção, nem uma formação social singular. O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são *personas* do capital e de sua contradição básica. (OLIVEIRA, 1981, p. 30)

inicialmente, dependem de alguma combinação das seguintes circunstâncias: a) população total numerosa; b) população fixa e relativamente imóvel; c) alta densidade de população; d) alta produtividade potencial em dada série de condições naturais e técnicas; e) fácil comunicação e acesso [...] O urbanismo pode assumir uma variedade de formas, dependendo da função particular do centro urbano com respeito ao padrão total de circulação do produto excedente socialmente definido [...] Há uma conexão necessária, mas não suficiente, entre o urbanismo e o crescimento econômico [...]

3 A CONSTITUIÇÃO ESPACIAL DO BRASIL

O nascimento do Estado moderno definiu o marco da centralidade territorial e institucional do poder político anteriormente disperso e fragmentado. A territorialidade no sistema de Estados modernos representou um meio e um produto formados no âmbito nacional e internacional (definidores de uma nova ordem), que através da ampliação do campo comercial, da expansão marítima e da colonização, sob a liderança de alguns Estados recém centralizados do mundo europeu, imprimiu uma nova dinâmica territorial às formações sociais.

Como informa Carvalho e Senhoras (2007), no período dos descobrimentos, a América possuía uma unidade espacial enquanto espaço a ser descoberto, sendo esta unidade fragmentada em territórios quando da colonização européia:

Nos primeiros tempos do descobrimento a América possuía uma unidade trazida pelo desconhecimento de sua realidade, enquanto um espaço a ser descoberto, onde predominava a imaginação do inexplorado Novo Mundo. A colonização européia rompeu a unidade ilusória da América do descobrimento de Colombo, fragmentando-a em territórios desconectados entre si, mas articulados pelos pactos coloniais da economia mercantil engendrada pelas monarquias européias. (CARVALHO E SENHORAS, 2007, p. 3)

Quando Furtado (1959, p. 25) abre a sua obra *Formação Econômica do Brasil* com a frase “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa [...]”, mostra ao mesmo tempo que o desenvolvimento econômico de Portugal no século XV constituiu um fenômeno autônomo na expansão comercial européia⁷.

O pioneirismo português estimulado pela revolução comercial lançou o reino à conquista de territórios que margeavam desde a costa africana até as Índias, fazendo com que várias bulas

⁷ A exploração da costa africana, a expansão agrícola nas ilhas do Atlântico e a abertura da rota marítima das Índias Orientais foi em grande parte independente das dificuldades criadas pela penetração otomana ao comércio do Mediterrâneo. “O grande feito português, eliminando os intermediários árabes, antecipando-se à ameaça turca, quebrando o monopólio dos venezianos e baixando o preço dos produtos, foi de fundamental importância para o subsequente desenvolvimento comercial da Europa [...]” (FURTADO, 1959, p. 26)

pontífices legitimassem o domínio sobre ilhas e portos descobertos e por descobrir na costa da África e na restante rota para as Índias. (CARVALHO E SENHORAS, 2007, p. 9)

Dentro da lógica espacial, Furtado mostra a descoberta das terras americanas como um episódio secundário, principalmente para Portugal, que para sua ocupação seria obrigado a desviar recursos, limitados e não suficientes no longo prazo, de empresas mais produtivas no Oriente. A ampliação dos territórios português e espanhol nas terras americanas foi mais uma consequência política das pressões exercidas pelos países em rápida expansão comercial na época (Holanda, França e Inglaterra), visto a reduzida importância econômica apresentada naquele momento. Moraes (2000) completa esse argumento mostrando que se por um lado não havia maiores atrativos para uma rápida ocupação, por outro, o domínio de um maior número de possessões era intrínseco à lógica imperial e qualquer terra descoberta deveria ser incorporada para garantir sua posse e possibilidade de exploração futura. A qualidade locacional do Brasil também é salientada por Moraes (2000, p. 291):

[...] No caso das terras brasileiras, uma qualidade locacional deve ter-se destacado para os estrategistas do império ultramarino lusitano: trata-se do longo litoral, todo ele estendido no hemisfério austral, cujo domínio articulado ao das praças portuguesas na África ocidental permitiria um bom controle do Atlântico sul e, logo, do grande eixo de circulação oceânica meridional.

A solução portuguesa foi integrar as terras americanas à economia reprodutiva europeia através da grande empresa colonial agrícola. Atividade para a qual Portugal já possuía experiência de algumas dezenas de anos nas ilhas do Atlântico, base tecnológica para produção em escala relativamente grande (indústria de equipamentos para os engenhos de açúcar), completo conhecimento do mercado africano de escravos e experiência comercial. Como bem descreve Simonsen (1937, p. 109): “Numa época em que os espanhóis estavam principalmente absorvidos na conquista e na extração dos metais preciosos, Portugal promovia uma política colonizadora baseada na ocupação, no povoamento e na exploração das indústrias extrativas e agrícolas.”

Desde cedo, a proporção considerável da produção do açúcar português passou a ser dirigida para Flandres e a partir da metade do século XVI a produção portuguesa passa a ser uma empresa em comum com os flamengos, particularmente os holandeses, que contribuíram de forma decisiva para a grande expansão do mercado do açúcar. Contribuíram para criar e financiar um mercado de grandes dimensões, no financiamento das instalações produtivas e na importação de mão-de-obra escrava, tendo importância fundamental para o êxito da colonização do Brasil. Esta “[...]” seria a atividade motriz que garantiria o aparecimento dos

primeiros polos de crescimento e a formação de zonas de exploração no Brasil” (ANDRADE, 1967, p.83). A pecuária, de início um empreendimento complementar, contribuiu de forma decisiva para que a dominação portuguesa se ampliasse sobre o extenso território brasileiro, constituindo-se no principal elemento de interiorização do povoamento: “[...] É em grande parte o gado que cria os caminhos terrestres do Brasil no período colonial, sendo o século XVII uma época de expansão em várias regiões da colônia” (MORAES, 2000, p. 234)

Furtado (1959) explica como as articulações entre dois espaços criaram mobilidades derivadas da implantação da grande empresa colonial através do desdobramento espacial de forma parcial das estruturas produtivas e sociais européias no âmbito do desenvolvimento da economia mercantil. Em termos espaciais, no século XVII, Portugal já havia avançado sua ocupação de forma significativa, devido aos resultados financeiros obtidos pela colonização agrícola que abriam novas perspectivas à utilização econômica das novas terras. A necessidade de ampliação da mão-de-obra escrava das plantações cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro implicou na especialização da província de São Paulo na captura indígena e interiorização da ocupação favorecendo a extroversão das fronteiras portuguesas em direção ao *hinterland* sulamericano.

As conseqüências políticas destas ondas expansivas de interiorização do espaço americano pelos portugueses e brasileiros se refletiram no Tratado de Madri (1775) e no Tratado de Santo Idelfonso (1777) com a legitimação de um território brasileiro quatro vezes maior do que possuía com o Tratado de Tordesilhas (1504). (CARVALHO E SENHORAS, 2007, p. 11)

No entanto, quando termina a era colonial para o Brasil (1808, com a transferência do governo português para a colônia; 1822, separação oficial), em termos do que politicamente constituía o Brasil, a colonização ocupava apenas uma pequena parte do território com povoamento disperso e concentrado ao mesmo tempo. Dispersão do povoamento que se distribuía da foz do rio Amazonas até o Rio Grande do Sul e concentração nos núcleos da faixa costeira, também marcadamente dispersa entre si.

[...] Três daqueles núcleos são de grande importância: concentram-se em torno de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Dois outros seguem num segundo plano: Pará e Maranhão. Vem depois uma infinidade de outros de expressão muito pequena, se não ínfima, e distribuindo-se com frequência vária entre aqueles núcleos maiores acima referidos, e para o Sul do Rio de Janeiro. Se não havia continuidade neste povoamento, havia pelo menos uma sucessão regular de centros povoados, um colar de núcleos coloniais que mantinham a coesão desta longa faixa de território litorâneo de quase 6.000 Km de extensão. (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 101-102)

Prado Júnior (1945) conclui que não se chegou a constituir uma economia propriamente nacional na era colonial: “[...] um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada [...]” (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 102). A atividade econômica consistia basicamente na exploração comercial para fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de elevado valor mercantil. Essas atividades podem ser divididas em atividades principais e secundárias. Nas primeiras destacam-se grandes lavouras tropicais (cana-de-açúcar, tabaco, arroz, anil, algodão), colheita de produtos naturais (cacau), mineração do ouro e dos diamantes, pecuária. As atividades secundárias: indústrias extrativas (madeira, pesca da baleia, sal e salitre e erva-mate); artes mecânicas e manufaturas, não que estas tivessem importância apreciável, no período analisado, como esclarece Prado Júnior (1945).

Macedo (2010) classifica como primeiro padrão de configuração espacial o período que se estende do século XVI até a década de setenta do século XIX, caracterizado pela predominância do capital mercantil que articulava as diferentes economias regionais com o exterior e definia as características do urbano. Nesse período, as cidades não representavam os nós de uma “rede” articulada, mas, ao contrário, por serem sede da burocracia e, principalmente, do capital comercial, suas funções resumiam-se a realizar a ligação direta da produção agroexportadora à circulação internacional de mercadorias, o que foi fundamental para promover uma urbanização atípica que não decorreu da clássica separação campo-cidade tampouco se ligou ao crescimento industrial.

A “rede” urbana, fraca e pouco integrada, refletia as condições materiais do processo de acumulação e de inserção externa da economia brasileira e era marcada por um padrão dendrítico e “macrocefálico” no qual uma cidade portuária densamente povoada para os padrões coloniais articulava uma vasta *hinterlândia*, formada por núcleos dispersos pelo interior, porém parcamente povoados e com baixíssima divisão social do trabalho, indicadora do limitado grau de diversificação funcional dos seus aglomerados urbanos. O resultado foi a constituição, ainda que precária, de um embrião de sistema de cidades marcado pelo caráter disperso e concentrado (FARIA, 1976, 1978 e 1991 e AZEVEDO, 1956), com as atividades econômicas mais dinâmicas e diversificadas concentradas, por um lado, no litoral em poucos núcleos portuários mais populosos e, por outro, uma população dispersa no interior atrelada a atividades de subsistência ou, quando muito, a atividades complementares às principais culturas de exportação em diferentes períodos (açúcar, algodão, charque, borracha e cacau), com baixíssima produtividade e técnicas rudimentares como foi a pecuária sertaneja.

A itinerância da agricultura teve importância decisiva no espraiamento da população no território, bem como no uso predatório deste, marcando uma forma de ocupação extensiva (FURTADO, 1959). A formação de núcleos de povoamento cuja constituição se dá a partir da marcha da agricultura e pelo avanço da pecuária extensiva possibilitou aos capitais locais imobilizados em propriedades fundiárias desmobilizarem-se e obterem, assim, verdadeiros ganhos do fundador, similares aos descritos por Hilferding (1910) para a indústria. Isto tornou a constituição desses aglomerados, futuros núcleos urbanos, uma oportunidade a mais de negócios para elites fundiárias locais que historicamente sempre influenciaram a legislação municipal, reordenando o uso do solo de acordo com seus interesses.

Em decorrência de suas características internas, as atividades agroexportadoras foram incapazes de gerar uma “rede” urbana articulada, dado o caráter autárquico da produção mercantil e o vazamento do excedente que impedia maior divisão social do trabalho, porém, explicam o aparecimento de grandes cidades extremamente polarizadoras, cujas funções de sede da burocracia e do capital comercial conferiram-lhe papel que perduraria ao longo de todo nosso processo de organização territorial, ainda em curso no século XXI: ligar os interesses das elites territorialmente espalhadas no país às oportunidades oferecidas pelo aprofundamento da circulação internacional de capital.

Concretamente, ainda que não possam estabelecer leis gerais que movem o desenvolvimento econômico, particularmente em sua dimensão regional e urbana, a organização do território e a possibilidade de adensamento das redes de cidades que estruturam as diversas regiões do país dependiam (e dependem) diretamente, em maior ou menor medida: (1) da estrutura fundiária da propriedade; (2) da capacidade de retenção interna do excedente que, no período agroexportador, era apropriado em sua maior parte no exterior; e (3) do ritmo da divisão social do trabalho que estava (e está) diretamente relacionado aos pontos 1 e 2. Não por acaso, no período primário-exportador, apenas a cafeicultura paulista, a partir da segunda metade do século XIX, conseguiu gerar uma rede urbana articulada graças: (I) à capacidade maior de retenção de seu excedente, como demonstrou detalhadamente Cano (1991); (II) à divisão social do trabalho mais avançada que se refletiu numa separação campo-cidade que não se verificou nas outras regiões que passaram por ciclos agroexportadores; e, finalmente, (III) à estrutura de propriedade rural que não era tão concentrada como no Nordeste, tampouco fragmentada como no Espírito Santo e em parte do Sul do país, como também descreveu Cano (1991 e 1985).

4 INTEGRAÇÃO, MOBILIDADE, DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO E SUBDESENVOLVIMENTO

Este item tem como fundamento o seguinte pressuposto, colocado por Egler (1995, p. 9): “toda região possui um centro que a estrutura e a manifestação mais concreta dos níveis de integração territorial em uma determinada região é a consolidação de sua rede urbana [...] o próprio estágio de desenvolvimento da rede urbana revela os níveis de integração produtiva e financeira de uma região.”

A dinâmica da economia açucareira pode ser descrita a partir dos processos de formação de renda e acumulação de capital (FURTADO, 1959), num contexto mais centrado nas propriedades rurais do que nos aglomerados urbanos, o que tem implicações importantes sobre a capacidade de articulação e integração das atividades econômicas para engendrar o processo de desenvolvimento capitalista. Nessa economia, o processo de formação de capital está definido por uma escala relativamente grande na qual a alta rentabilidade induzia à especialização e impedia a transferência de capital para outras atividades que pudessem diversificar a economia. O fluxo de renda se estabelecia entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior (elevado coeficiente de importações). Dada a mão-de-obra escrava o mercado possuía ínfimas dimensões, o que implicava a inexistência de um fluxo monetário dentro da economia açucareira e por derivação na pecuária. Nesse sentido, a mão-de-obra não se constituía num elemento que de forma qualitativa (desenvolvimento de técnicas), quantitativa (mercado consumidor) e de custos (custos elevados reduzindo a produtividade) pudesse provocar mudanças estruturais nos aspectos produtivos (diversificação), nas relações sociais (ascensão social) e na divisão social do trabalho (novas especializações) estabelecidas. Embora a “indústria” do açúcar, pela complexidade da base técnica da produção, exigência de investimentos, inversão e reinversão de capital e aumento da produtividade, contivesse em si o germe do capitalismo, ou seja, a circularidade própria de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1981).

Mesmo partindo apenas de elementos “fixos”, as conseqüências dessa configuração são alcançadas por Cano (2002, p. 119) quando afirma: “[...] a grande extensão da propriedade escravista e da pecuária e a pauperização da pequena produção agrícola foram responsáveis pelo baixo progresso técnico nelas introduzido, causando baixa produtividade e predação de recursos naturais, reforçando assim a circularidade da pobreza na agricultura de subsistência”.

Embora a rápida expansão da economia açucareira, na faixa litorânea do Nordeste, tenha atuado como um fator altamente dinâmico justificando o desenvolvimento de um

segundo sistema econômico, este teve por importância apenas promover a penetração e ocupação do interior brasileiro. A ocupação de terra extensiva e itinerante, o regime de águas, a natureza dos pastos, a distância dos mercados, enfim, a forma de acumulação de capital e de divisão do trabalho na economia criatória, constituiu um fator fundamental na ocupação do interior brasileiro, todavia, sem criar elementos dinâmicos que pudessem dar sustentação ao surgimento de uma “rede” de cidades com infra-estrutura mínima, estoque de trabalho e capitais que articulasse e sustentasse, em conjunto com a atividade açucareira, um processo de desenvolvimento econômico autônomo. Apesar de não existirem fatores limitantes à expansão da economia criatória esta constituía-se em mero desdobramento da economia açucareira e apresentava mais características de uma economia de subsistência do que de uma atividade que pudesse gerar efeitos dinâmicos sobre si e o espaço na qual estava inserida. Como afirma Furtado (1959) a densidade econômica do sistema era “baixíssima” e a população que se ocupava dessa atividade muito escassa. De forma enfática Oliveira (1981, p. 45-46) afirma que:

É incontestável, porém, o fato de que essa economia pecuária nunca teve maior expressão na economia colonial, nem para o próprio Nordeste, nem para o resto da Colônia. Encontra essa debilidade sua afirmação no fato de que essa economia pecuária nunca esteve fundamentada nos padrões de reprodução da economia escravocrata [...] É evidente que neste sentido tal economia extensiva não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura do poder regional não chegava sequer a ser notada.

O sistema econômico do Nordeste foi constituído na esteira do atrofamento do sistema açucareiro, porque ao invés da estagnação da produção açucareira provocar a emigração do excedente de população livre para outras regiões essa foi absorvida pela pecuária. No entanto, sem o estímulo da economia açucareira, a transferência dessa população baixava ainda mais a produtividade da economia criatória e a convertia em economia de subsistência. Dada a abundância de terras, eram grandes as possibilidades da pecuária receber novos contingentes de população devido a oferta de alimentos nesse sistema ser bastante elástica. Sem grandes necessidades de capital e mão-de-obra especializada, a expansão da pecuária era resultante do aumento vegetativo da população animal. Dessa forma Furtado (1959, p. 103) mostra que:

[...] sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro, em lenta decadência. Sem embargo, se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo do setor de subsistência.

Nesse processo ocorreu um atrofiamento da economia monetária que repercutiu no grau de especialização e no sistema de divisão do trabalho. No entanto, na pecuária a redução das exportações não afetava a oferta interna de alimentos de forma que a população do Nordeste continuou crescendo em todo o século e meio de estagnação da economia açucareira, caracterizado por Furtado (1959, p. 105) como um processo de involução econômica: “[...] o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia [...]”, refletido no crescimento do setor de subsistência que absorvia fração crescente da população. Essa dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. Em outras palavras, essa divisão territorial do trabalho não implicou, pelas características acima expostas, novas formas de diferenciação baseadas no intercâmbio e na circulação dos elementos constituintes das estruturas social e econômica. Esse processo de círculo vicioso passa a ter sustentação, como bem informa Sormani (1977, p. 154), no “[...] tipo de instituciones jurídicas y políticas e ideológicas imperantes, refuerzan, mantienen y legitiman el esquema de división territorial del trabajo establecido y convalidan los roles asignados a las diferentes áreas e regiones.” Enfatiza Furtado (2001, p. 148) que:

[...] os interesses criados em torno de uma determinada forma de produção consolidam posições e hierarquizam valores [...] os valores sociais cristalizados a seu redor apresentam menor fluidez do que sua base material. Daqui a persistência através dos séculos de todo um grupamento social ligado a certos valores, vivendo de glórias passadas e em completa estagnação.

Pode-se concluir, portanto, que o complexo econômico nordestino (economia açucareira e pecuária) não foi capaz de fundar um padrão de mercado (modo de integração), capaz de criar mobilidade de bens, de capital, de trabalho e de atividades produtivas, que pudesse estruturar de forma contínua seu espaço econômico para o desenvolvimento do capitalismo, porque estava ausente um dos elementos centrais desse processo: uma “rede” de vilas e cidades capaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto socialmente definido, para organizá-las hierarquicamente através da transformação de suas estruturas e do estabelecimento das ligações necessárias entre urbanismo e crescimento econômico. Estas vilas e cidades estavam fracamente caracterizadas por uma parte de autonomia (elemento associado a um processo de crescimento endógeno, no caso em foco fracamente presente) e uma parte de integração (que requer um sistema de mercados de preços estabelecidos, também fracamente presente). Esta caracterização impedia que no curso

de um processo secular pudesse ser produzida uma ampliação espacial em favor da integração de fluxos (mobilidades), num movimento de relações cada vez mais intensas, continente e conteúdo de modificações permanentes nas estruturas econômicas (estrutura produtiva e técnica) e sociais (relações de produção e divisão social do trabalho).

5 DESDOBRAMENTOS ESPACIAIS DA ECONOMIA AÇUCAREIRA

Como destaca Azevedo (1956) a concentração urbana é um fenômeno recente e não há motivos para imaginar que o Brasil colonial consistia uma exceção a essa regra, principalmente pela modéstia de sua posição demográfica e pelos contrastes de sua evolução econômica. Isso pode ser constatado ao se observar que quando finda o período colonial existem apenas 225 aglomerados urbanos (213 vilas e 12 cidades) para um país com menos de 5 milhões de habitantes. O argumento também é justificado quando se percebe que a concessão do título de cidade ou vila a um aglomerado urbano muitas vezes não guardava correspondência com uma importância demográfica, econômica ou social e que havia uma incontestável supremacia do meio rural sobre o meio urbano.

Para Moraes (2000) em apenas três áreas se permite falar em zonas de povoamento, como espaços contíguos de ocupação e exploração econômica que revelam uma certa hierarquia tendo o núcleo central alguma polarização, constituindo-se os centros pioneiros de irradiação da formação territorial do Brasil. A capitania de Pernambuco que “[...] nas últimas décadas do século XVI, já contava com uma estrutura de circulação, áreas de produção especializadas, divisão espacial do trabalho, e zonas de expansão definidas [...]” (MORAES, 2000, p. 312).

A Bahia foi outra grande zona de irradiação da colonização (cidade de Salvador), que como capital da colônia foi consagrada na segunda metade do século XVI como o “porto do Brasil”. Interessa destacar somente que apesar da principal atividade empreendida ter sido também o açúcar, a região desenvolveu uma estrutura econômica um pouco mais diversificada em relação a Pernambuco. A pecuária teve também nessa região o seu primeiro centro de irradiação e importância notável na vida econômica da capitania. Mais importante ainda é o fato de que a frente de expansão baiana concorre com os fluxos oriundos de Pernambuco e a comunicação é mais aberta com os núcleos e capitanias situados mais para o sul (com destaque para o período da economia mineira), tanto por via terrestre quanto por

navegação de cabotagem. São Vicente, primeiro núcleo urbano brasileiro, constitui-se o terceiro centro irradiador do povoamento.

Os sistemas econômicos açucareiro e pecuário desenvolvidos no Nordeste possuíam em si uma tendência anti-urbanizante e acredita-se que esse é um fator relevante para diferenciação dos padrões de desenvolvimento que virão a ocorrer no Sudeste e no Nordeste. Como informa Holanda (1936, p. 90) “no Brasil colonial, entretanto, as terras dedicadas à lavoura eram a morada habitual dos grandes. Só afluíam eles aos centros urbanos a fim de assistirem festejos e solenidades. Nas cidades apenas residiam alguns funcionários da administração, oficiais mecânicos e mercadores em geral.” No primeiro, os engenhos de açúcar eram responsáveis por uma “concentração” em torno das “casas-grandes” e só excepcionalmente evoluíam para povoado, vila e cidade. No segundo, era próprio da atividade das fazendas de gado a dispersão da população num sistema de pecuária extensiva. Em síntese, como informa Oliveira (1981, p. 32) a situação da economia do Nordeste, em termos de estrutura regional, no período colonial, era a seguinte:

Reconhecia-se, no período da Colônia, ‘regiões’ dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas: sobretudo no que corresponde hoje aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, a ‘região’ era reconhecível como o *locus* da produção açucareira, enquanto os espaços dos Estados que hoje correspondem ao Ceará e Piauí eram relativamente indiferenciados, desenvolvendo atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial e quase nunca assimilados ao que se poderia chamar de ‘Nordeste’. O Maranhão era um caso à parte, pois ligou-se ao capitalismo mercantil através de formas diversas daquelas que regulavam a produção da riqueza dos espaços mais ao leste. Os Estados da Bahia e Sergipe, ou melhor falando, os espaços que hoje correspondem a esses Estados, não eram considerados como ‘Nordeste’; embora ali, sobretudo na Bahia, predominasse também a atividade de produção do açúcar determinada, como nos Estados mais ao norte, pelas suas relações com o capitalismo mercantil europeu [...] a reprodução do capital, ou mais precisamente a produção do valor que era apropriada pelo capitalismo mercantil, no espaço do que hoje é a Bahia, fechava-se sobre si mesma, isto é, completava sua circularidade na relação Bahia-Metrópoles coloniais; em outras palavras, nesses termos, a Bahia era outra ‘região’.

Mesmo considerando que a criação de vilas não guarde relação direta com a importância demográfica, econômica ou social, interessa observar sua repartição geográfica ao longo do período colonial (tabela 1). No século XVI, como apenas duas Capitânicas conseguiram prosperar (Pernambuco e São Vicente), a repartição geográfica das Vilas reflete essa realidade demográfico-econômica concentrando-se os núcleos no litoral oriental do Nordeste (região pernambucana) e na região vicentina. No leste⁸ destaca-se a região baiana pela função político-administrativa.

⁸ Apenas dois estados da região Nordeste faziam parte da região Leste (Bahia e Sergipe), os demais estados Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro constituiriam juntamente com São Paulo a região Sudeste.

TABELA 1: REPARTIÇÃO GEOGRÁFICA DAS VILAS NOS SÉCULOS XVI, XVII, XVIII E XIX POR REGIÕES DO BRASIL

Regiões	Denominação atual	XVI	XVII	XVIII	XIX	Total	(%)
Norte			3	16	0	19	9
	Amapá			1		1	
	Amazonas			8		8	
	Pará		3	7		10	
Nordeste		3	6	28	17	54	25
	Paraíba			4	1	5	
	Rio Grande do Norte	1		3		4	
	Pernambuco	2	1	1	6	10	
	Alagoas		3	2	3	8	
	Maranhão		1	3	3	7	
	Ceará		1	13	4	18	
	Piauí			2		2	
Leste		5	14	49	17	85	40
	Bahia	3	5	27	5	40	
	Rio de Janeiro		6	3	9	18	
	Minas Gerais			14	2	16	
	Espírito Santo	2	1	2	1	6	
	Sergipe		2	3		5	
Centro-Oeste				5	2	7	3
	Mato Grosso			4	1	5	
	Goiás			1	1	2	
Sul		6	14	20	8	48	23
	São Paulo	5	11	13	2	31	
	Santa Catarina	1	1	3		5	
	Rio Grande do Sul			1	5	6	
	Paraná		2	3	1	6	
Total		14	37	118	44	213	100

Fonte: adaptado de Azevedo (1956).

* Até 1822.

Mesmo com a forte expansão da economia açucareira até meados do século XVII, observa-se que não houve correspondência com a criação de novas Vilas no Nordeste, apenas uma Vila (Vila Formosa, atual Sirinhaém no sertão) na área de maior importância desta atividade: Pernambuco, o que parece ser explicado pelo caráter da economia açucareira. Do ponto de vista da organização econômica, Prado Júnior (1945, p. 38) esclarece que: “[...] A grande propriedade açucareira é um verdadeiro mundo em miniatura em que se concentra e resume a vida toda de uma pequena parcela da humanidade.” De forma geral, essa idéia é expressa na seguinte passagem de Azevedo (1956, p. 66):

[...] o aglomerado vilarejo era sempre mesquinho na sua estrutura e na sua população, ao mesmo tempo que as cidades coloniais não tinham importância como expressão do espírito público; o núcleo urbano - vila ou cidade - era sempre centrífugo para as classes dominantes, pois os homens de posse evitavam de morar neles. As exceções a essa regra seriam poucas: os arraiais e vilas da mineração, os centros mercantis da orla costeira e o caso particular da vila, depois cidade de São Paulo, que fazia lembrar a aldeia portuguesa ou o ‘village’ francês (pois grande parte de seus

habitantes trabalhava na área circunjacente) e que contava com muitos ‘oficiais mecânicos’ na sua Vereança.

No século XVII, 75% das Vilas criadas nas regiões Leste, Centro-Oeste e Sul datam da segunda metade do século. Grosso modo, isso revela a força da economia mineira e sua força de integração:

No panorama urbano do Brasil seiscentista, a cidade do Salvador brilhava, sem nenhuma dúvida, não encontrando outro centro que lhe fizesse sombra, pelo menos na segunda metade do século XVII. Teria uma população de uns 8.000 hab. brancos, além de alguns milhares de negros e índios, cerca de 2.000 casas, 12 grandes igrejas; seria grande o número de seus negociantes (portugueses na maioria) e a gente rica da cidade, ‘sobretudo as damas, faziam garbo de passear em palanquins pelas mas mais importantes e concorridas, ostentando o luxo que ainda refletia o ‘tempo dourado’ dos grandes dias do açúcar e que então era mantido pelos lucros do contrabando do ouro recebido das Minas em troca de gado, mantimentos, fazendas e negros que se remetiam clandestinamente’. (AZEVEDO, 1956, p. 37)

Como mostra Furtado (1959) os efeitos indiretos da economia mineira permitiram que se articulassem as diferentes regiões do sul do país, inclusive da região leste como consta na citação acima.

[...] essas distintas regiões [Piratininga, Rio Grande e Mato Grosso] viviam independentemente e tenderiam provavelmente a desenvolver-se, num regime de subsistência, sem vínculos de solidariedade econômica que as articulassem. A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas elas. Por um lado, elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla de terras e do rebanho. Por outro, fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores. (FURTADO, 1959, p. 123)

No século XVIII, 54% das Vilas foram criadas nas regiões Leste, Centro-Oeste e Sul, deslocando para o Leste brasileiro o eixo econômico social e demográfico pela dinâmica do ciclo do ouro e tornando a cidade do Rio de Janeiro o centro da vida colonial. Apesar do número relativamente grande de Vilas criadas no Norte, estas tinham um caráter mais geopolítico, face a preocupação da metrópole portuguesa com a vastidão amazônica e o tratado de Madri (1750). No caso do Nordeste, 46% das Vilas foram criadas no Ceará. Uma possível explicação para esse aumento significativo do número de Vilas foi o desenvolvimento da atividade pecuária, destinada à produção de couro e carne, que era salgada e seca nas charqueadas e que “[...] devido às secas e à inconseqüente dinamização do rebanho bovino, se transferiu para o Rio Grande do Sul” (ANDRADE, 1973, p. 124)

Mesmo com o declínio da atividade mineira, observa-se ao fim do período colonial uma repartição geográfica das Vilas que parecem indicar a conformação espacial que assumirá o país quando o ciclo econômico do café desponta: 63% das Vilas nas regiões Leste e Sul; 3% no Centro-Oeste; 25% no Nordeste; e 9% no Norte. O caráter mais urbano das vilas surgidas com a atividade mineradora e a povoação do Rio de Janeiro⁹, permitiu o surgimento de alguma infraestrutura (rede de estradas), estoque de mão-de-obra e capital, que constituíram uma “rede” que ainda de forma incipiente permitiu a mobilidade desses elementos que foram acionados na primeira fase de expansão da economia cafeeira. Conforme Furtado (1959) “[...] a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base no aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados [e também é a etapa] [...] de formação de uma nova classe empresarial que desempenhará papel fundamental no desenvolvimento subsequente do país.”

No Nordeste a situação apresenta-se bastante diferenciada, apesar do número significativo de Vilas criadas no século XVIII:

[...] De Pernambuco, a colonização se alargou para o sul e o norte, acompanhando sempre a fímbria costeira; para o interior esbarraria com a zona semi-árida do sertão nordestino. Na direção setentrional interrompe-se a expansão no Rio Grande do Norte; além, desaparecem os solos férteis, que são substituídos por extensões arenosas impróprias para qualquer forma de agricultura. Somente pequenos núcleos de importância mínima vão surgir esparsos na costa setentrional do Brasil: no Maranhão, na foz do rio Amazonas. (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 39)

Pressupõe-se tanto pela quantidade de vilas criadas nas regiões Leste (constituída em sua maior parte por importantes estados da região Sudeste), Sul e Centro-Oeste, quanto pelo maior nível de urbanização gerado pela atividade mineradora, em contraste com o caráter mais rural da atividade açucareira e pecuária desenvolvido no Nordeste, que a integração a mobilidade dos elementos que estruturam o espaço econômico estiveram muito mais presentes e puderam articular de forma diferenciada, inclusive modificando estruturas e inserindo novas relações econômicas, imprimindo conformações espaciais e econômicas diferenciadas na região Sudeste, conduzidas pelo ciclo do café. As atividades econômicas desenvolvidas no Nordeste, tendo como centro irradiador Pernambuco, por estarem assentadas no trinômio açúcar, pecuária extensiva e agricultura de subsistência não possibilitaram que houvesse integração pelo padrão de mercado e densidade econômica que

⁹ Como informa Moraes (2000, p. 323-325): “uma evolução ímpar viveu a zona que tinha por epicentro a povoação do Rio de Janeiro, fundada em 1565 por ordem real [...] expulsos definitivamente os franceses da baía de Guanabara, é fundada a vila de São Sebastião em 1565 com apoio explícito da Coroa (que a torna sede de uma segunda ‘capitania real’), a qual responde às demandas reiteradas das câmaras de São Vicente e São Paulo e do próprio governador-geral [...] Em poucas décadas, o Rio de Janeiro articulava um circuito de núcleos costeiros instalados nas baixadas litorâneas desde Macaé ao norte até a baía de Angra dos Reis.

imprimissem uma dinâmica na mobilidade das estruturas para difundir através dos diversos canais efeitos que ligassem urbanização e crescimento. Na verdade, geraram estruturas política (poder), econômica e sociais rígidas, que se mantiveram mesmo quando mudaram as condições econômicas, ascensão e declínio do impulso externo, e sociais, quando da transição do trabalho escravo para o trabalho livre (PIMENTEL OLIVEIRA, 2011).

Importa, ainda, destacar que o primeiro instante da articulação mercantil entre o Nordeste e o Centro-Sul somente verificado na virada do século XIX para o século XX, num primeiro momento reforçou as estruturas produtivas e sociais estabelecidas no Nordeste, não se verificando alterações importantes de diversificação das formas capitalistas e do tipo de reprodução de capital, agora sob um novo binômio: açúcar-algodão. Foi só a partir da segunda metade do século XX através da criação de órgãos de desenvolvimento regional, que mesmo centros importantes como Recife e Salvador conseguiram, ainda que de maneira concentrada em cada um dos seus respectivos estados diversificar de forma relativa suas estruturas produtivas nas últimas décadas do século XX.

6 CONCLUSÃO

A região, como produto das relações inter-regionais, está fundamentada na dimensão das relações sociais e produtivas que, conformadas numa estrutura social e produtiva localizada, coordenam as formas de produção e reprodução, a partir de suportes institucionais definidos. A formação de uma estrutura regional e sua dinâmica (possibilidades na direção de um urbanismo com hierarquia de centros urbanos e complexidade suficiente para engendrar um processo transformação econômica) depende da forma e intensidade da ordenação hierárquica da estrutura social. Esta última, derivada do aprofundamento do padrão de mercado (modo de integração) e da mobilidade, que imprime dinâmica as estruturas definidas e está ligada à existência de modificações permanentes nas condições econômicas.

A partir desse referencial, este artigo mostrou que as análises sobre crescimento, transformação econômica e diferenciação regional, devem incluir como dimensão relevante o urbanismo, no sentido atribuído por Harvey. Pode-se afirmar, portanto, que integração, mobilidade e urbanização conformam os aspectos de uma organização econômica e social, estabelecidos num determinado contexto histórico, resultando num padrão de organização espacial típico (forma de ocupação e uso do território) e que mediadas pelas redes de

interconexão (fluxos de bens, serviços e fatores) determinam as possibilidades econômicas daquele espaço.

No Nordeste colonial, a densidade gerada pelos núcleos urbanos e suas articulações foi incapaz de mobilizar, extrair e concentrar quantidades significativas de produto socialmente definido, para organizá-los hierarquicamente através da transformação de suas estruturas e do estabelecimento das ligações necessárias entre urbanismo e crescimento econômico. Pelo contrário, gerou uma rígida estrutura (política, econômica e social) que foi capaz de se manter mesmo quando mudaram as condições econômicas, ascensão e declínio do impulso externo, e sociais, quando da transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

7 REFERÊNCIAS

AMADO, J. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. IN: SILVA, Marcos A. da (Coord). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

_____. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. Recife: Imprensa Universitária/Centro Regional de Administração Municipal – CRAM, 1967.

AZEVEDO, A. de. Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva. **Boletim de Geografia**. São Paulo, FFCL/USP, 1994 [1956].

BAPTISTA, António Mendes. **Os modelos de desenvolvimento e a política económica espacial**. Universidade Técnica de Lisboa: Centro de Investigações Regionais e Urbanas (CIRIUS). Documento de Trabalho nº 3, 2001. (Série didática). Disponível em: <<http://pascal.iseg.utl.pt/~cirus/eru/caderno3.pdf>>. Acesso em: 18/03/2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Celso Furtado e o desenvolvimento regional**. ALENCAR JUNIOR, J. Sydrião de (Org.). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, USP/IPE, v. 15, n. 2, maio/ago., pp. 291-306, 1985.

_____. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**: São Paulo: HUCITEC, 3ª Ed., 1991.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; SENHORAS, Elói Martins. Evolução da formação territorial na América do Sul: da fragmentação colonial ao espaço regional transnacional da união sulamericana. V Jornadas Latino-americanas de História das Relações Internacionais. **Anais...**, mar, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra: 2009.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

DINIZ, Clélio Campolina. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**. vol.19 no.2 Belo Horizonte May/Sept. 2009.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo, **Novos Estudos CEBRAP**, nº 3, 1991, pp. 98-119.

_____. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. Encontro da ABEP, I. **Anais...**, pp. 89-110, 1978.

_____. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo, **Estudos do CEBRAP**, nº 18, out.-dez., 1976, pp. 91-116.

FURTADO. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1959].

_____. **Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HILFERDING, R. **O capital Financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1910].

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1936].

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)**. Campinas: IE-UNICAMP, 2010. (Tese de Livre Docência)

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Bases da formação territorial do Brasil. **GEOGRAFARES**, Vitória, nº 2, jun. 2001.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Eslevier, 2000 [1944].

PIMENTEL OLIVEIRA, Fábio Lucas Pimentel. **Estrutura e evolução de capital em Pernambuco**: do isolamento relativo ao limiar da integração produtiva. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Dissertação de Mestrado). Campinas, SP, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [1945].

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e método. IN SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: Ensaios. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982. Disponível em: < http://www.arq.ufsc.br/urbanismo5/artigos/artigos_sm02.pdf>. Acesso em: 25/03/2011.

SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil colonial, C. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHELL, Leslie (Org). **História da América Latina**: América Latina Colonial, v II. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. IN: SILVA, Marcos A. da (Coord). **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

SIMONSEM, Roberto C. **História econômica do Brasil**: 1500-1820. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 [1937]. (Edições do Senado Federal; v. 34)

SMOLKA, Martin O. O espaço do espaço na teoria econômica. **Literatura Econômica**. 5 (6), 1983.

SORMANI, H. Formación social y formación espacial: hacia una dialéctica de los asentamientos humanos. **Estudios Sociales Centro Americanos**, Costa Rica, 6(17): 14, maio/ago, 1977.